
População de 10 anos ou mais de idade: taxas e desocupação

A economia brasileira tem passado por constantes transformações. Portanto, conhecer e acompanhar os movimentos que orientam estas mudanças é de suma importância no sentido de desenvolver mecanismos através dos quais se possa avançar para um melhor aprimoramento das condições de vida dentro do País. Importante também se faz conhecer as diferenças regionais dentro do território brasileiro.

O presente capítulo faz uma introdução à análise do mercado de trabalho, no período de 1992 a 1997, estudando os níveis de atividade econômica e procura de trabalho no Brasil.

Procurou-se, aqui, conhecer a estrutura e a dinâmica da população em idade ativa (população de 10 anos ou mais de idade) e da população economicamente ativa, tanto para o total do País, como para as Grandes Regiões, buscando avaliar os movimentos de pressão no mercado de trabalho, efetuados por estas populações, no período de 1992 a 1997.

A observação, a partir de 1992, se torna importante. Além de ter sido marcado por inúmeras mudanças nas características do mercado de trabalho, tais como inovações tecnológicas, privatizações e outras, também marcou o início da utilização das reformulações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (IBGE).

Foram utilizados os indicadores:

- taxa de atividade; e
- taxa de desocupação.

A reformulação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - contempla, a partir da década de 90, a procura

de trabalho também pela pessoa classificada como ocupada na semana de referência. Esta informação permite analisar a pressão no mercado de trabalho brasileiro, o que se mostra com:

- Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que procuraram trabalho na semana de referência, segundo o sexo e a condição de ocupação; e
- Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas procurando trabalho, segundo o sexo e a posição na ocupação.

Dois segmentos, portanto, são tomados para a análise, quais sejam:

1. o estudo da taxa de atividade e a pressão no mercado de trabalho pelos desocupados, na semana de referência; e
2. a procura total de trabalho, abrangendo todos aqueles que estão procurando trabalho, ocupados ou não, na semana de referência.

Taxa de atividade

A população economicamente ativa corresponde ao contingente da população de 10 anos ou mais de idade que tinha ou estava procurando algum trabalho, na semana de referência. No período de 1992/1997, esta população teve seu contingente aumentado de 69 709 415 para 75 213 283. Isto significou um crescimento de 10,4%.

O nível da taxa de atividade do Brasil, em 1997, foi de 60,1%, 73,9% para os homens e 47,2% para as mulheres (Tabela 2). As Regiões Sul e Centro-Oeste se encontraram acima deste nível, a Região Nordeste bem próxima e as Regiões Norte urbana e Sudeste abaixo. Este comportamento não foi exclusivo deste ano, tendo se verificado em todo o período (1992/1997).

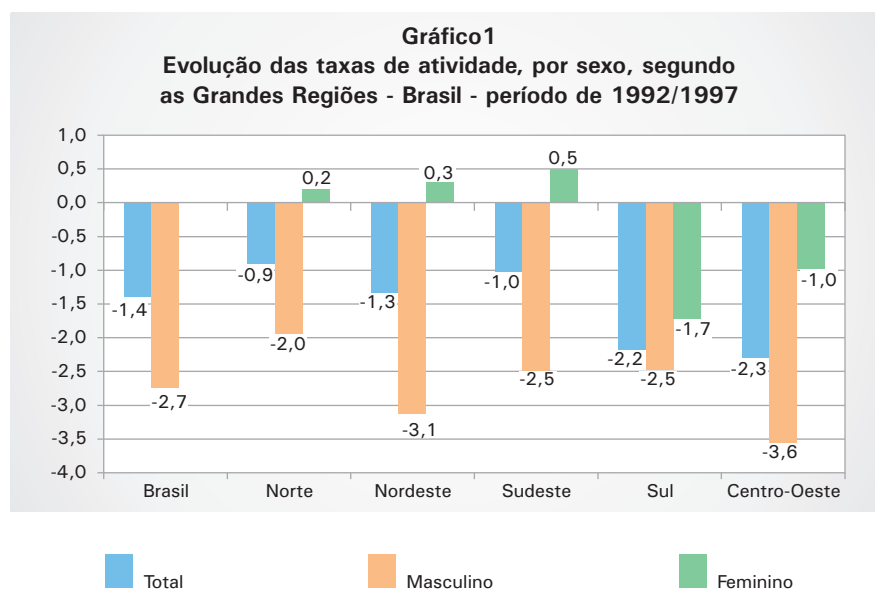
Comparando-se as taxas de atividade de 1997 com aquelas encontradas em 1992, verificou-se uma queda. Para o sexo masculino, registraram decréscimo superior a 3 pontos percentuais (p.p.), as Regiões Centro-Oeste e Nordeste. Para o sexo feminino, esta queda da taxa de atividade só aconteceu nas Regiões

Sul e Centro-Oeste (Gráfico 1).

Analisando-se o período, ano a ano, esta queda foi observada, principalmente no ano de 1996 em relação a 1995.

A análise do período de 1992/1997, por grupos de idade e sexo, mostrou diferentes tipos de tendência.

No Brasil, os grupos mais jovens (10 a 14 e 15 a 17 anos) registraram taxas cada vez menores em todo o período. Isto já vinha ocorrendo na década de 80 e decorre, em grande parte, do combate ao trabalho infantil e políticas de incentivo à escolarização, o que pode ser considerado como uma melhoria nas condições de vida do País.



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

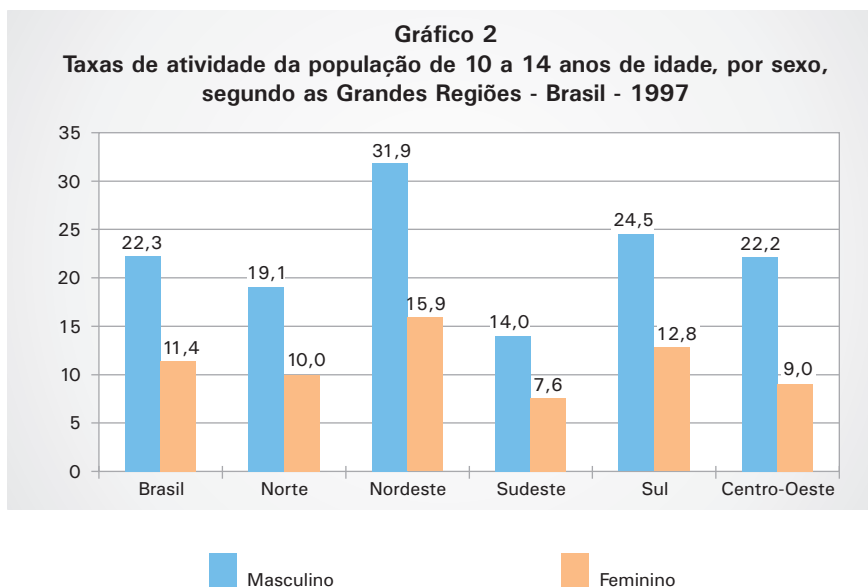
Em todo o período, o grupo de idade de 10 a 14 anos apresentou menores taxas de atividade na Região Sudeste. O Gráfico 2 permite uma comparação entre os valores encontrados para este indicador, no ano de 1997.

A Região Sudeste tem maior nível de instrução, esperando-se com isto que a população entre mais tardiamente no mercado de trabalho, em função da vida escolar.

Note-se, no entanto, que em regiões menos desenvolvidas (Regiões Norte urbana e Nordeste), ainda houve um aumento da taxa de atividade infantil no período de 1996/1997.

O grupo de 60 anos ou mais de idade apresentou diminuição significativa na taxa de atividade em relação ao restante da população, no período de 1992/1997 (no Brasil, - 5,1 p.p. para os homens e - 3,2 p.p. para as mulheres). O crescimento

do número de pessoas em condições de se aposentar pode estar influenciando a queda da taxa de atividade nesta faixa etária. De acordo com os dados disponíveis da PNAD, de 1992 para 1997, houve um crescimento de aposentados da ordem de 29,5% para o sexo masculino e de 36,2% para o feminino. Note-se que este decréscimo é sempre mais intenso para o sexo masculino, com exceção da Região Sul, em que, no período de 1992/1997, houve um declínio de -6,8 p.p. para as mulheres, e de -5,3 p.p. para os homens. No entanto, é bom lembrar que só a partir da década de 70 as mulheres estão presentes de forma mais efetiva no mercado de trabalho, o que se leva a concluir que muitas delas ainda não reúnem as condições necessárias à aposentadoria.



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

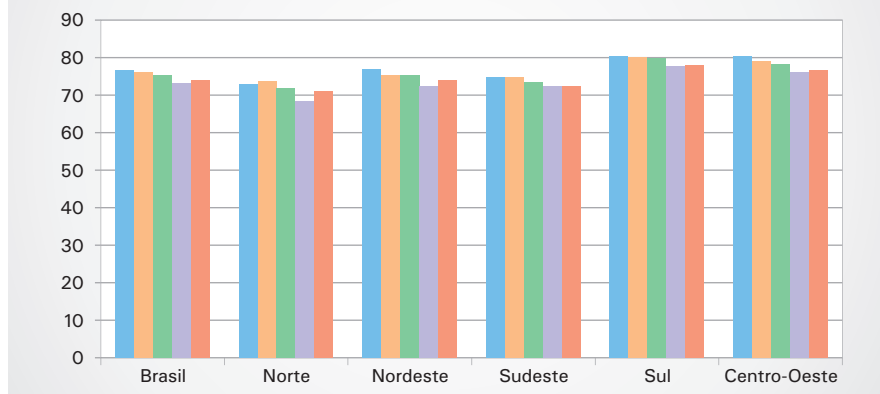
Quadro 1 - Evolução das taxas de atividade, por sexo, segundo as Grandes Regiões - Brasil - períodos 1992/1997 e 1996-1997

Grandes Regiões	Evolução das taxas de atividade, por sexo			
	Masculino		Feminino	
	1992/1997	1996-1997	1992/1997	1996-1997
Brasil	(-) 2,7	0,7	0,0	1,2
Norte	(-) 2,0	2,6	0,2	2,2
Nordeste	(-) 3,1	1,6	0,3	2,5
Sudeste	(-) 2,5	0,1	0,5	0,5
Sul	(-) 2,5	0,4	(-) 1,7	0,8
Centro-Oeste	(-) 3,6	0,6	(-) 1,0	1,0

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 2 CD-ROM.

Nota: Excluídos os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 3
Taxa de atividade da população masculina, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1992/1997

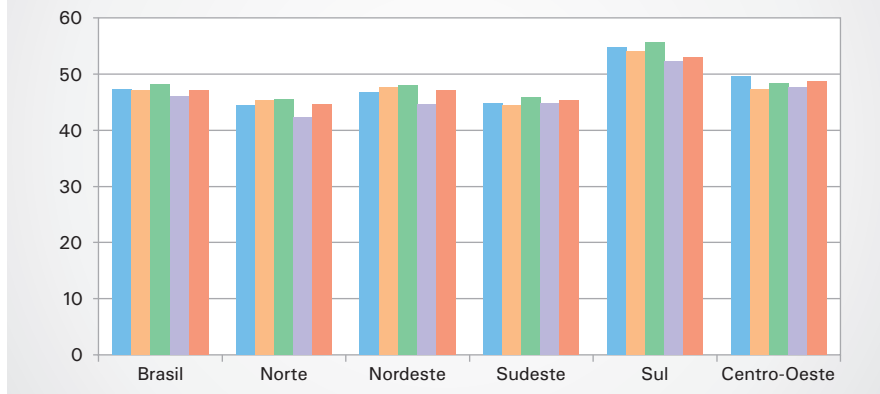


1992 1993 1995 1996 1997

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992, 1993, 1995: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 3 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 2 CD-ROM.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Gráfico 4
Taxa de atividade da população feminina, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1992/1997



1992 1993 1995 1996 1997

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992, 1993, 1995: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 3 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 2 CD-ROM.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na Região Nordeste, os grupos de 10 a 14 anos e de 60 anos ou mais de idade, embora neste último em menores proporções, registram percentuais bem acima do nível apresentado pelo País, o que não acontece quando se analisa os grupos de idade de maior atividade (20 a 59 anos de idade).

Nos outros grupos de idade (20 a 59 anos), observou-se, na comparação de 1992 com 1996, um declínio da taxa de atividade masculina. O sexo feminino, ao contrário, apresenta em todo o período taxa crescente, com exceção do grupo de 50 a 59 anos na Região Centro-Oeste.

O ano de 1997 em relação a 1996 apresentou aumento da taxa de atividade, indicando indícios de recuperação da economia. Isto se deu de forma mais intensa para a população feminina nos grupos de maior atividade (20 a 59 anos de idade). Esta recuperação se fez mais presente nas Regiões Norte urbana e Nordeste. No entanto, os patamares alcançados pela taxa de atividade não chegam aos níveis verificados no ano de 1992. O Quadro 1 apresenta esta evolução nos períodos de 1992/1997 e 1996-1997.

A diferença na evolução da taxa de atividade, por sexo, pode ser verificada pelos Gráficos 3 e 4 em que se evidencia a superioridade

do nível da taxa de atividade masculina, em relação à feminina. Este fato é historicamente conhecido, embora isto venha sendo atenuado pela crescente participação das mulheres no mercado de trabalho.

Na comparação entre as regiões, conforme já mencionado anteriormente, as Regiões Sul e Centro-Oeste se sobressaíram com níveis de taxa de atividade mais altos. Verifica-se ainda, por estes gráficos, a tendência mais definida de queda da taxa de atividade para o sexo masculino.

Procura de trabalho

Procura de trabalho pelas pessoas em desemprego aberto

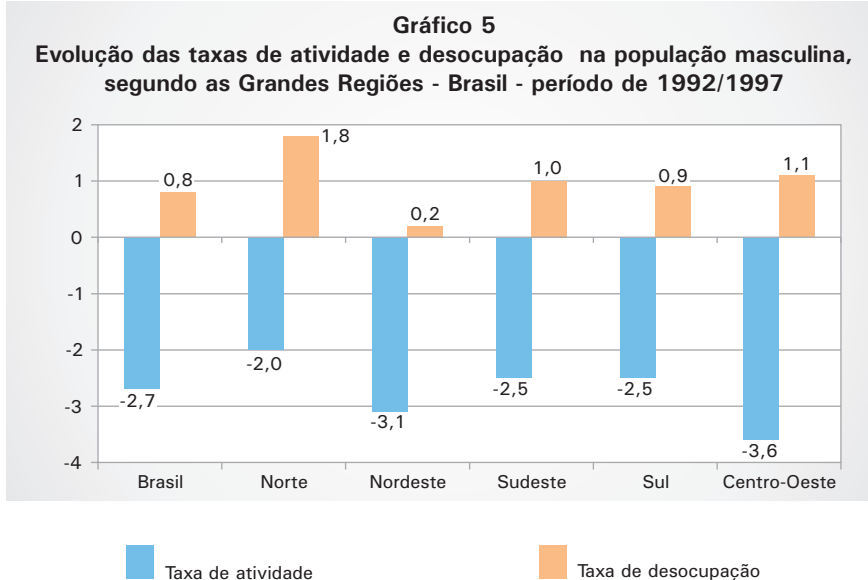
A procura de trabalho apresentou um acréscimo significativo no período analisado (1992/1997), principalmente no sexo feminino. Na Região Sul, as mulheres tiveram um crescimento na procura de trabalho de 114 812, em 1992, para 261 832, em 1997. No Brasil, este acréscimo foi de 4 556 801 para 5 881 776 (Tabela 1). Isto representou um crescimento de 21,7% para os homens e 37% para as mulheres.

A taxa de ocupação (proporção das pessoas ocupadas na população economicamente ativa) é sempre menor nos grupos compreendidos entre 15 e 24 anos. Nestes grupos, também foi registrada tendência à queda no período de 1992/1997 (Tabela 4).

O indicador que mede a desocupação (taxa de desocupação) fornece uma medida da proporção das pessoas que estão ligadas ao mercado de trabalho pela procura de trabalho. Mas isto não significa, necessariamente, uma elevação de absorção do mercado de trabalho, pois o número de pessoas ocupadas pode não acompanhar o ritmo desta oferta de mão-de-obra.

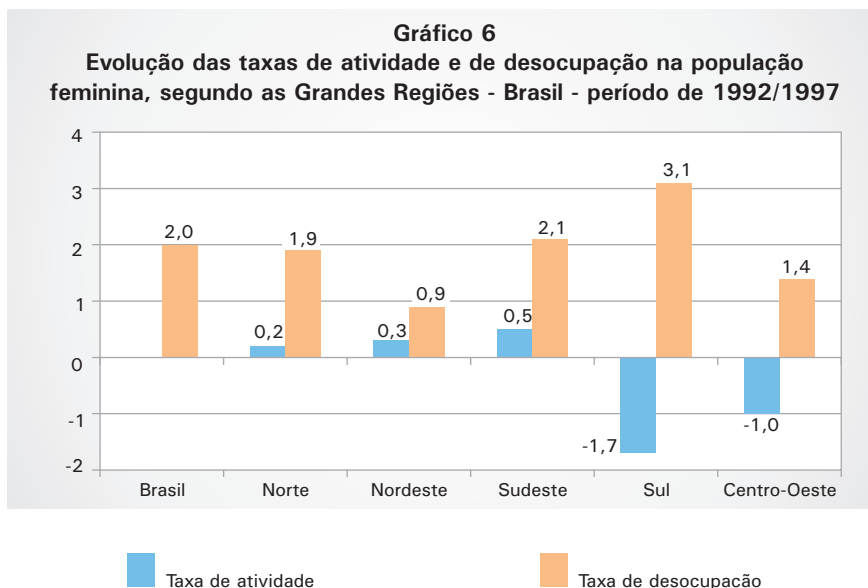
Os Gráficos 5 e 6 mostram a evolução das taxas de atividade e de desocupação nas populações feminina e masculina, verificadas no período de 1992/1997. Para o sexo masculino, estes gráficos mostram queda da taxa de atividade junto com o acréscimo da taxa de desocupação. Este comportamento, na população feminina, apenas se verificou nas Regiões Sul e Centro-Oeste.

Numa comparação das taxas de desocupação, as Regiões Norte urbana e, em um segundo plano, a Sudeste apresentaram as maiores taxas de procura de trabalho, ou seja, acima do nível brasileiro (Tabela 3). A



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Região Sul foi a que apresentou o nível mais baixo. Também, já foi observado que esta região apresentou taxas de atividade acima do nível do País. No entanto, esta mesma região apresentou um incremento na procura de trabalho de 3,1 p.p., no período de 1992/1997, para a população feminina. Numa comparação do contingente feminino, classificado como desocupado, nesta região, o crescimento, no período, foi de 65%. No Brasil, o aumento da procura de trabalho representou 2,0 p.p. para o sexo feminino e 0,8 p.p. para o sexo masculino (Quadro 2).

Quadro 2 - Evolução das taxas de desocupação, por sexo, segundo as Grandes Regiões - Brasil - período 1992/1997

Grandes Regiões	Evolução das taxas de desocupação		
	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Brasil	1,3	0,8	2,0
Norte	1,9	1,8	1,9
Nordeste	0,5	0,2	0,9
Sudeste	1,5	1,0	2,1
Sul	1,9	0,9	3,1
Centro-Oeste	1,2	1,1	1,4

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Excluíse os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No grupo de 10 a 14 anos, verificou-se acréscimo da procura de trabalho, com maior ênfase para o sexo feminino. A Região Sudeste apresentou o maior incremento, na procura de trabalho, neste grupo de idade, chegando a registrar o acréscimo de 10,3 p.p na população feminina e 6,9 p.p. na população masculina, no período de 1992/1997. Esta região foi justamente a que apresentou as menores taxas de atividade neste grupo de idade. A única região que não aparece incremento, neste grupo de idade para as mulheres, foi a Centro-Oeste.

Os grupos compreendidos entre as idade de 15 a 19 anos apresentaram os valores mais altos de taxas de desocupação.

A procura de trabalho feminina foi sempre mais elevada que a masculina. Isto se inverte nos grupos de mais idade. A Região Norte urbana foi a única que manteve, em todos os grupos de idade, maior taxa de desocupação feminina. No restante das regiões, o grupo de 60 anos ou mais de idade mostrou taxas de desocupação masculinas mais elevadas, indicando que o homem mantém a procura de trabalho até uma idade mais avançada. No entanto, há que se considerar que culturalmente ainda está arraigada a idéia do homem como provedor da família e por isso mais dificilmente ele aceita ficar sem trabalho. A mulher, ao contrário, tem maior possibilidade de aguardar ou procurar um trabalho na condição de desocupada. Isto foi constatado, de uma maneira geral, a partir do grupo de 50 a 59 anos de idade (Tabela 3). Nota-se o comportamento diferente do homem e da mulher perante ao mercado de trabalho. Como a taxa de desocupação inclui apenas aqueles que, na semana de referência, não estavam trabalhando, tem-se como hipótese, que a mulher ao se ver sem trabalho, ao menos de maneira formal, tende a exercer menor pressão no mercado de trabalho. Deve-se atentar quanto a maior adaptação feminina à vida dentro de casa e a dificuldade maior de encontrar outro trabalho, levando a mulher a uma possível acomodação à aposentadoria. O aumento da procura de trabalho neste grupo de idade se apresentou mais significativo nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

É importante notar o aumento significativo da procura de trabalho que se verificou a partir de 1996 para 1997. De 1992 a 1995 não se definiu este acréscimo da taxa de desocupação. Foi freqüente encontrar até um declínio da procura de trabalho, nos grupos etários de maior atividade (20 a 59 anos de idade). Ou seja, neste período, estes grupos de idade apresentaram ora um equilíbrio, ora uma pequena queda da taxa de desocupação. Este resultado se coaduna com a taxa de atividade que também se manteve estável no período de 1992/1995.

Procura de trabalho total

Uma importante informação que se tem a partir da reformulação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, em 1992, é referente à procura de trabalho pelas pessoas ocupadas na semana de referência.

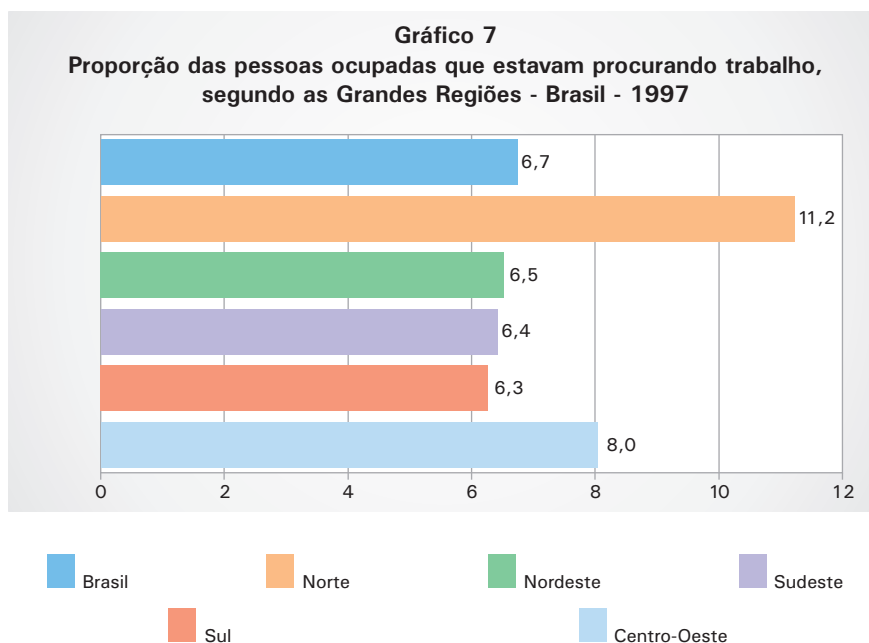
O Gráfico 7 mostra a proporção das pessoas ocupadas que estavam procurando trabalho. As Regiões Norte urbana e, em segundo plano, a Centro-Oeste apresentaram os maiores valores.

Analisando-se a procura de trabalho como um todo, ou seja, considerando-se não só aquele que estava desocupado, mas também quem, mesmo trabalhando, tomou alguma medida para conseguir outro trabalho, verificou-se que, na população feminina, esta procura se deu, entre 60% e 70%, pela mulher desocupada (Tabela 5). Em 1997, 51,7% dos homens que procuraram trabalho, no Brasil, eram ocupados e na população feminina, este contingente correspondeu a 34,8% (Tabela 5).

Na análise da procura de trabalho, segundo a condição de ocupação (ocupado e desocupado), na comparação para a população do Brasil entre os anos de 1992 e 1996, verificou-se uma tendência ao crescimento da procura de trabalho pelo ocupado. Já no período de 1996-1997, houve um declínio desta procura, tanto no Brasil como na maior parte das regiões.

A Região Sul apresentou uma mudança significativa para ambos os sexos, aumentando, no período de 1992/1997, em 1,6 p.p. a procura de trabalho para o homem ocupado e diminuindo em 5,5 p.p. para a mulher na mesma condição. A observação das taxas ao longo do período mostrou que esta região apresentou redução da procura de trabalho pela mulher ocupada a partir do ano de 1995, saindo de 42,2%, em 1993, para 38,6%, em 1995.

A procura de trabalho pelas pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação, registrou percentuais coerentes com a proporcionalidade de cada posição dentro do universo das ocupações (Tabela 6). Ou seja, para a mão-de-obra masculina que teve



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

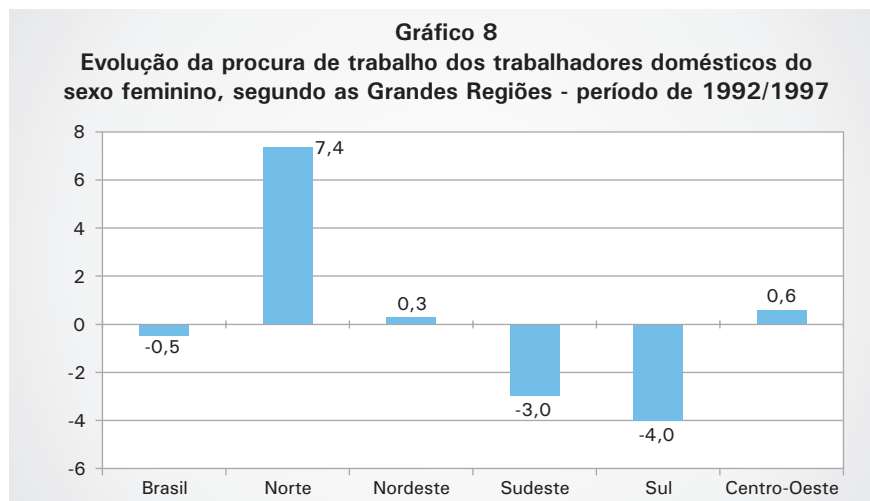
Nota: Excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

sua maior representatividade nos empregados e conta-própria, também foi maior a procura por estes, o mesmo acontecendo com a população feminina que concentrou sua força de trabalho nestas duas posições, acrescida daquela dos trabalhadores domésticos.

Os resultados para o Brasil, para o período de 1992/1997 apresentaram um aumento de empregados procurando trabalho até 1996, sofrendo uma queda no ano de 1997.

As posições na ocupação de conta-própria e empregadores, analisadas conjuntamente, no período de 1992/1997 sofreram um acréscimo na procura de trabalho masculina de 4,3 p.p. (Tabela 6) . Esta análise foi similar em todas as regiões, com exceção da Região Nordeste. Registre-se que os empregadores representaram uma parcela pequena da mão-de-obra (no caso do sexo masculino foram 5,3%, em 1997).

Os trabalhadores domésticos, que representaram, para o sexo feminino, uma parcela representativa da população ocupada, apresentaram uma evolução na procura de trabalho heterogênea, se observada na comparação das Grandes Regiões. Registre-se o aumento da procura de trabalho para estes trabalhadores, na Região Norte urbana (7,4 p.p.). Nas Regiões Sul e Sudeste, houve uma queda da procura de trabalho dos trabalhadores domésticos do sexo feminino em , respectivamente, -4,0 p.p. e -3,0 p.p. (Gráfico 8).



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Qualificação da população ocupada

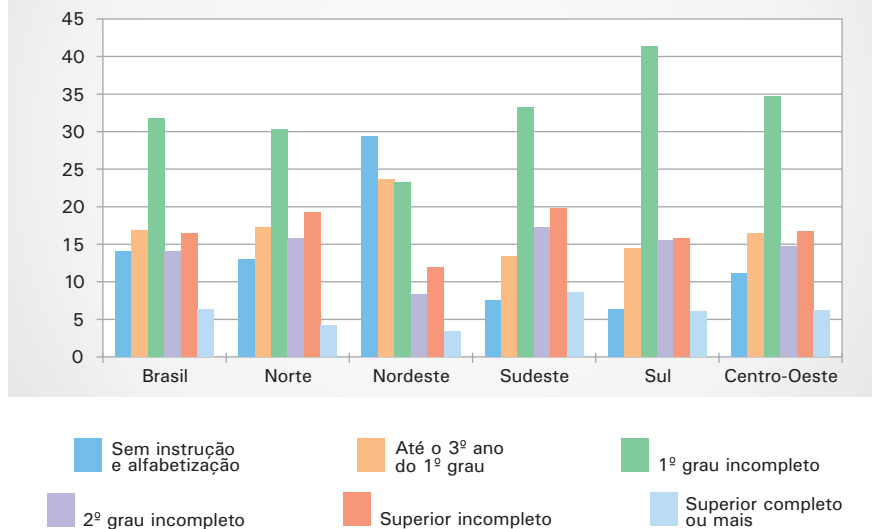
O objetivo deste capítulo é o de verificar o nível educacional da população ocupada na década de 90, por sexo, e suas diferenças regionais. O papel da educação é fundamental para a qualificação dos indivíduos, pois contribui para formar uma mão-de-obra especializada capaz de obter maiores salários e melhor se adequar ao mercado de trabalho.

Os grupos de anos de estudo da população ocupada são utilizados nesta análise como uma aproximação dos seguintes níveis de instrução:

- sem instrução (sem instrução e menos de um ano de estudo)
- 1º grau incompleto:
 - a) de um a três anos de estudo; e
 - b) de quatro a sete anos de estudo.
- 2º grau incompleto (oito a dez anos de estudo)
- nível superior incompleto (onze a quatorze anos de estudo)
- com curso superior ou mais (quinze anos ou mais de estudo)

A comparação da distribuição entre 1992 e 1997 mostrou um quadro de melhoria do nível de qualificação do trabalhador. Houve diminuição da população ocupada, em geral, nos grupos de menor instrução (sem instrução e menos de 1 ano e de 1 a 3 anos de estudo). A Região Nordeste apresentou decréscimo, para homens e mulheres, de 5,9 p.p. (pontos percentuais) dos não-alfabetizados (sem instrução e menos de 1 ano), seguida da Região Centro-Oeste (4 p.p. para as mulheres e 3 p.p. para os homens).

Gráfico 9
Nível de instrução da população ocupada segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1997



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Embora o grupo de maior nível de instrução apareça com proporção crescente em todo o Brasil, este comportamento é mais significativo nas regiões mais industrializadas (Regiões Sudeste e Sul) e naquela em desenvolvimento industrial (Região Centro-Oeste).

As pessoas ocupadas com nível superior incompleto apresentaram incremento significativo em todas as regiões. O crescimento do nível de instrução formal do

A Região Nordeste historicamente apresenta um nível de instrução que se situa aquém daquele do restante do País, mas vem registrando um quadro de melhoria nos últimos anos. A expectativa é de que a queda na proporção da população ocupada não-alfabetizada nesta região possa sofrer uma modificação ainda mais acentuada, em vista do forte investimento público em políticas educacionais.

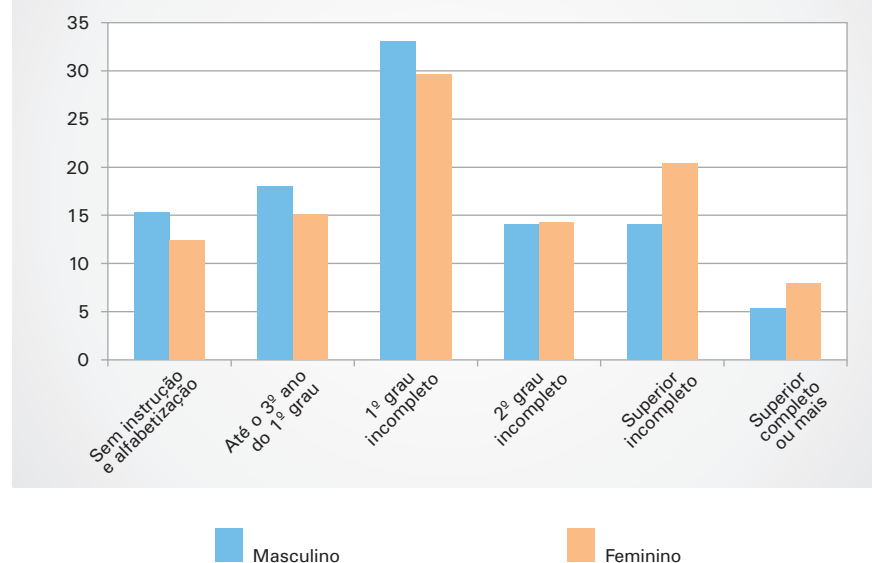
No entanto, este não é um processo que aconteça muito rapidamente, até porque a educação dos filhos sofre a influência do nível de instrução dos pais.

trabalhador brasileiro parece indicar que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e seletivo.

Os resultados para o País como um todo mostraram que o maior contingente da população ocupada tem de um a três anos de estudo, o mesmo ocorrendo em nível regional. Exceção aparece na Região Nordeste, em que o grupo sem instrução representa 38,2% da população ocupada (Tabela 7).

Através do Gráfico 9 evidencia-se a predominância da população ocupada com o 1º grau incompleto, que se faz mais intensa na Região Sul com um percentual de 41,4% (1997), seguida das Regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Gráfico 10
Nível de instrução da população ocupada, segundo o sexo - Brasil - 1997



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O Gráfico 10 revela, para o Brasil, a já conhecida superioridade feminina em relação ao nível de instrução, pois, no ano de 1997, as mulheres ocupadas tinham nível de instrução mais elevado do que os homens. Ainda que a proporção dos que têm 2º grau incompleto seja aproximadamente a mesma entre os homens e as mulheres, nos primeiros níveis de instrução (até o 1º grau incompleto), a participação masculina era sempre superior enquanto entre os que atingem o curso superior predominam as mulheres.

A dimensão da atividade agrícola e não-agrícola

Como já foi ressaltado na introdução deste trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, da década de 90, passou por um intenso processo de reformulação, que resultou em avanços importantes para a compreensão da diversidade das relações de trabalho no Brasil.

O novo conceito de trabalho permitiu, entre outros fatores, ampliar a captação do trabalho não-remunerado, bem como incluir as categorias dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso. Além do mais, no questionário da PNAD, é possível distinguir as especificidades da inserção da população no mercado de trabalho, segundo as correspondentes posições na ocupação, nas atividades agrícolas e não- agrícolas.

Neste contexto, o presente capítulo pretende mostrar um quadro da estrutura da população ocupada não só nas atividades agrícolas e não-agrícolas como também por ramos de atividade. Tem como objetivo verificar as diferenciações da estrutura e da dinâmica da população ocupada, segundo o tipo de atividade, no período de 1992 a 1997. Pretende-se analisar separadamente a população ocupada segundo o tipo de atividade (agrícola e não-agrícola), em função das especificidades da inserção da mão-de-obra.

A distribuição da população ocupada no Brasil (Tabela 8) revela que determinados ramos de atividade concentram a absorção da maior parte da mão-de-obra. No Brasil, mais de 70% da população concentra-se nas atividades não-agrícolas. No período analisado, esta proporção passou de 71,7%, em 1992, para 75,8%, em 1997. Esta tendência é observada também em nível regional, sendo que as Regiões Sul e Centro-Oeste tiveram um incremento mais elevado da população ocupada nesta atividade no período analisado (7 e 5 pontos percentuais, respectivamente), como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Participação relativa da população em atividades não-agrícolas no total da população ocupada, segundo as Grandes Regiões - Brasil - 1992/1997

Grandes Regiões	Participação relativa da população em atividades não-agrícolas no total da população ocupada				
	1992	1993	1995	1996	1997
Brasil	71,7	72,6	74,0	75,6	75,8
Norte	86,0	84,3	87,4	87,3	87,4
Nordeste	56,0	57,8	57,4	59,4	58,6
Sudeste	83,3	83,8	85,6	86,6	87,2
Sul	66,2	67,2	69,8	72,0	73,1
Centro-Oeste	72,3	71,8	74,6	76,3	77,2

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992, 1993, 1995: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 3 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1996, 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 2 CD-ROM.

Nota: Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Apesar do setor Serviços como um todo absorver grande parte da população ocupada, o ramo agrícola ainda é um dos ramos importantes na absorção da mão-de-obra, embora venha reduzindo a sua participação ao longo do tempo.

A redução da participação da agricultura na população ocupada não é uma característica da década de 90, pois já vinha se verificando desde os anos 80. No Brasil, em 1992, a proporção de pessoas nas atividades agrícolas em relação às pessoas economicamente ativas chega a 28,3% na PNAD. De um lado, este resultado está influenciado, em sua maior parte, pela inclusão da produção para o próprio consumo, que alcança 4,91% (3 211 416 trabalhadores) no total das pessoas economicamente ativas.

A inserção da população ocupada é diferenciada por sexo. Em geral, os homens ainda trabalham, proporcionalmente, mais que as mulheres, o que se verifica em ramos como, por exemplo, o agrícola. O ramo da prestação de serviços, tradicionalmente, absorve uma parcela expressiva da mão-de-obra feminina. Esse ramo engloba os serviços de alojamento e alimentação; reparação e conservação; pessoais; domiciliares e de diversões, radiodifusão e televisão. No caso da população feminina, destacam-se as ocupações remuneradas do serviço doméstico, de serviços

Quadro 4 - Evolução da distribuição relativa da população masculina, ocupada, por Grandes Regiões, segundo alguns ramos de atividade - Brasil - período 1992/1997

Ramos de atividade	Evolução da distribuição relativa da população masculina, ocupada					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Agrícola	(-) 3,7	(-) 1,0	(-) 2,9	(-) 3,4	(-) 6,2	(-) 4,8
Indústria de transformação	(-) 0,7	1,3	(-) 0,5	(-) 1,7	0,3	2,1
Indústria da construção	0,9	(-) 0,7	0,7	0,9	1,7	1,3
Comércio de mercadorias	0,9	(-) 0,2	0,5	1,3	0,7	0,0
Prestação de serviços	1,6	1,0	1,2	2,0	1,9	0,2
Transporte e comunicação	0,8	(-) 0,5	0,8	0,9	0,7	0,7

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. 1 CD-ROM; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1997: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Nota: Exclui os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A contribuição da população ocupada para a previdência

A PNAD investiga, anualmente, a contribuição para instituto de previdência federal, estadual ou municipal, seja no trabalho principal, seja no trabalho secundário ou em pelo menos um dos demais trabalhos que tinham as pessoas na semana de referência. No presente estudo, a população contribuinte, portanto, é formada pelos trabalhadores que informaram contribuir para um instituto de previdência público em qualquer trabalho.

O estudo da contribuição à previdência pela população ocupada vem adicionar mais subsídios à presente discussão sobre o mercado de trabalho brasileiro. Escolheu-se estudar o cruzamento de diversas características, tais como sexo, os grupos de idade, as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos e os diversos ramos de atividade com a contribuição da população ocupada a qualquer instituto de previdência, para conhecer o comportamento e a evolução da contribuição à previdência da população brasileira, no período de 1992/1997.

A previdência por sexo e por grupos de idade

A Tabela 13 - Brasil mostra como a contribuição à previdência evoluiu entre 1992 e 1997, segundo o sexo e os diversos grupos de idade. O crescimento da população contribuinte total acompanhou paulatinamente o crescimento da população ocupada brasileira. A população ocupada passou de 65 152 614 pessoas, em 1992, para 69 331 507 pessoas, em 1997, com um crescimento absoluto superior a quatro milhões de pessoas. A população contribuinte passou de 28 402 905 pessoas, em 1992, para 30 359 968 pessoas, em 1997, com um crescimento absoluto próximo a dois

A evolução do rendimento e a sua distribuição

Pretende-se analisar o estado atual do mercado de trabalho no Brasil, através da evolução do rendimento médio mensal, no período de 1992/1997. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - possibilita essa análise, através de um conjunto de variáveis, tais como:

- o rendimento das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e situação de domicílio;
- o rendimento das pessoas economicamente ativas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e situação de domicílio;
- o rendimento das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e o número de trabalhos;
- o rendimento do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e posição na ocupação no trabalho principal; e
- o rendimento do trabalho principal dos empregados de 10 anos ou mais de idade, por sexo e categoria de emprego.

Usou-se o Real, não só porque é a atual moeda do País, como também em função de se poder corrigir a inflação anual. Para possibilitar a comparação do nível real dos rendimentos nos cinco anos considerados, utilizou-se como deflator a variação de preços expressa pelo INPC, até setembro de 1997.

O rendimento das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo e situação de domicílio

Houve um crescimento expressivo do rendimento médio mensal da população brasileira no período estudado, como se pode observar no Quadro 13.

Conclusões

Os níveis das taxas de atividade ainda se apresentaram mais elevados para os homens. No entanto, a procura de trabalho maior no caso das mulheres demonstrou uma crescente pressão deste contingente no mercado de trabalho, que já vem acontecendo desde a década de 80, mesmo em períodos de crise econômica.

Na análise das taxas de atividade, por grupos de idade, verificou-se que os mais jovens (10 a 14 anos) encontraram sua participação maior na Região Nordeste e menor nas Regiões Sudeste e Norte urbana. Quanto aos grupos mais idosos, esta participação foi mais elevada na Região Nordeste. Estes dois grupos citados tiveram, no restante do País, sua força de trabalho com distribuição decrescente.

Na Região Nordeste, verificou-se patamares de atividade mais altos que o restante do Brasil, nos grupos de idade mais jovens e naqueles de idade mais avançada, o mesmo não ocorrendo para os grupos de maior atividade. Tal resultado pode nos levar à suposição de que a emigração sobretudo masculina, em faixas etárias mais ativas, esteja interferindo ainda no padrão de atividade nordestino. Em 1993, a composição etária da população residente nesta região tinha a participação dos idosos superada apenas pela Região Sudeste. É bem verdade que a população nordestina rural já vem se fixando na própria região, tendo a década de 80 mostrado uma maior retenção tanto em relação ao País como em relação à década anterior. Mas o fato é que a Região Nordeste, em 1997, ainda apresentava as mais baixas proporções de pessoas não-naturais do município (31,2%) e da Unidade da Federação (7,1%) de residência, refletindo a saída dos nordestinos para outras regiões do País.

